

PLANO DE AÇÃO DO PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS

Eixo	Descrição	Quantidade de Ações
Eixo Estrutural: Prevenção Primária	Ações planejadas para evitar que a violência aconteça e que visem a mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover a cultura de respeito e não tolerância à discriminação, à misoginia e à violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, e para construir relações de igualdade de gênero, envolvidas as ações de educação, formal e informal, com a participação de setores da educação, da cultura, do esporte, da comunicação, da saúde, da justiça, da segurança pública, da assistência social, do trabalho e do emprego, dentre outros.	22
Eixo Estrutural: Prevenção Secundária	Ações planejadas para a intervenção precoce e qualificada que visem a evitar a repetição e o agravamento da discriminação, da misoginia e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, desenvolvidas por meio das redes de serviços especializados e não especializados nos setores da segurança pública, saúde, assistência social e justiça, dentre outros, e apoiadas com o uso de novas ferramentas para identificação, avaliação e gestão das situações de risco, da proteção das mulheres e da responsabilização das pessoas autoras da violência.	20
Eixo Estrutural: Prevenção Terciária	Ações planejadas para mitigar os efeitos da discriminação, da misoginia e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades e para promover a garantia de direitos e o acesso à justiça por meio de medidas de reparação, compreendidos programas e políticas que abordem a integralidade dos direitos humanos e garantam o acesso à saúde, à educação, à segurança, à justiça, ao trabalho, à habitação, dentre outros.	4
Eixo Transversal - Produção de conhecimento, Produção de dados e Produção documentos/normativas		27
Total de ações		73
Investimento total		R\$ 2,5 bilhões

Eixo Prevenção Primária

Ações planejadas para evitar que a violência aconteça e que visem a mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover a cultura de respeito e não tolerância à discriminação, à misoginia e à violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, e para construir relações de igualdade de gênero, envolvidas as ações de educação, formal e informal, com a participação de setores da educação, da cultura, do esporte, da comunicação, da saúde, da justiça, da segurança pública, da assistência social, do trabalho e do emprego, dentre outros.

Ação	Responsável
Criação de Escolas de formação continuada de Conselheiros Tutelares	MDHC
Campanhas sistemáticas de prevenção às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes	MDHC
Formação para lideranças LGBTQIA+ do campo, inclusive lideranças indígenas, para o combate à violência e aos crimes de ódio, com base na autogestão e autoproteção voltadas para as particularidades territoriais e regionais.	MDHC
Ações educativas sobre o tema do assédio, tanto para o público interno como para o externo que se relaciona à CAPES.	MEC
Caderno Temático sobre O Papel da Escola em Relação aos Direitos das Mulheres e ao Enfrentamento à Misoginia.	MEC
Curso de formação para profissionais da Educação Básica, 180h, modalidade EAD pela Plataforma Moodle. O curso abordará temas relacionados à Educação em Direitos Humanos e Diversidades, dentre eles questões de gênero e enfrentamento à violência contra mulheres.	MEC
Reativação do Prêmio de Educação em Direitos Humanos como uma forma de reconhecimento público para as redes de ensino que incorporarem nos currículos e práticas pedagógicas ações em educação em direitos humanos. O prêmio é organizado por categorias e uma delas será sobre os direitos das mulheres e o enfrentamento à misoginia	MEC
Programa Mulheres Mil.	MEC
Qualificar profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) no fortalecimento da Estratégia Nacional da Saúde do Homem e Masculinidades, com enfoque nas ações transversais na prevenção e enfrentamento da violência contra meninas e mulheres.	MS
Oferta de curso para os/as servidores/as públicos/as federais e estaduais com foco na prevenção aos feminicídios e à violência de gênero.	MGI

Formação online feita por meio de canais como o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH), com recorte de enfrentamento ao racismo e inclusão de um módulo específico sobre violência de gênero e os impactos para as mulheres negras, a ser elaborado pelo MIR.	MDHC
Formação de mulheres líderes comunitárias, para exercerem papel de multiplicadoras de conhecimentos, hábeis à identificação da violação de direitos e dos meios de garantir o acesso à Justiça.	MJSP
Disseminação de estratégias de prevenção do uso de substâncias psicoativas com base em evidências, que também possuem impactos na prevenção de violências, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares.	MJSP
Fortalecimento da sociedade civil para ações de enfrentamento à violência contra mulheres que usam drogas e/ou que vivem em territórios afetados pelo tráfico.	MJSP
Operações preventivas, repressivas e educativas com objetivo de capacitar o efetivo PRF para o enfrentamento da violência sexual no transporte coletivo, incluindo noções acerca de violência de gênero, atendimento à vítimas e encaminhamento eficiente de denúncias e flagrantes.	MJSP
Programa Guardiães – formação de mulheres indígenas em direitos nos 6 biomas (MPI). Projeto para impulsionar políticas e estratégias de prevenção, combate e erradicação das violências de gênero e discriminações enfrentadas por mulheres indígenas em todo o Brasil.	MPI
Fortalecer capacidades de organizações e movimentos de mulheres, em especial defensoras de direitos humanos, em prevenção a violências.	MMulheres
Promover campanhas publicitárias periódicas e voltadas a públicos ou temas específicos para enfrentamento da misoginia, da discriminação e de todas as formas de violência de gênero contra mulheres e meninas.	MMulheres
Realizar ações de formação e qualificação das profissionais da rede de atendimento especializado sobre as atualizações das diretrizes e normas técnicas.	MMulheres
Realizar qualificações de maneira sistemática com as atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, com temas relacionados aos atendimentos.	MMulheres
Realizar oficinas de escutas nacionais com mulheres indígenas, quilombolas, com deficiências, ciganas, jovens, LBTs, do campo, das águas e das florestas.	MMulheres

Espaços de diálogos e participação social sobre política de enfrentamento à violência contra as mulheres (LBTs, campo floresta e águas, quilombolas, defensoras dos direitos humanos etc).	MMulheres
Quantidade de ações	22

Eixo Prevenção Secundária

Ações planejadas para a intervenção precoce e qualificada que visem a evitar a repetição e o agravamento da discriminação, da misoginia e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, desenvolvidas por meio das redes de serviços especializados e não especializados nos setores da segurança pública, saúde, assistência social e justiça, dentre outros, e apoiadas com o uso de novas ferramentas para identificação, avaliação e gestão das situações de risco, da proteção das mulheres e da responsabilização das pessoas autoras da violência.

Ação	Responsável
Execução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM nos Estados.	MDHC
Ampliação do Programa de atendimento socioeducativo em meio aberto	MDHC
Capacitação de atendentes Disque 100 para atualização dos protocolos e fluxos de atendimento.	MDHC
Repasse para o Serviço de acolhimento institucional de adultos e famílias. Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.	MDS
Repasse para o Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência. Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.	MDS
Repasse para o Paefi/Creas. Atua no acompanhamento de famílias e/ou indivíduos que vivenciam situações de risco social ou tiveram seus direitos violados, através do apoio, da orientação e do acompanhamento especializado visando à superação das situações identificadas, incluindo o atendimento e o acompanhamento às mulheres vítimas de violência.	MDS

Repasse para o Centro Pop. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, executado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) ou nos (CREAS). O serviço destacado garante acolhida, atividades e/ou ações de convivência, orientação, acompanhamento e encaminhamentos para a rede de proteção social para homens e mulheres em situação de rua.	MDS
Seas. É ofertado de forma continuada a pessoas em situação de rua ou que utilizam os espaços públicos como forma de sobrevivência. Esse serviço destaca-se pela sua capacidade de atuação no espaço social da rua através da identificação, do estabelecimento de vínculos e dos encaminhamentos para a rede dos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas. Ressalta-se que mulheres em situação de rua fazem parte do público-alvo para esse serviço.	MDS
Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias - Centro Dia Adulto/Infantil. O serviço pode ser ofertado na unidade (CREAS, Centros Dia e/ou similares) tem como objetivo o acompanhamento especializado às pessoas idosas e as pessoas com deficiência (considerando o ciclo etário - crianças, adolescentes e adultos), que apresentem algum grau de dependência e de cuidados. Esse serviço também destaca-se no atendimento às mulheres idosas e com deficiência, principalmente, atuando como apoio aos cuidadores/cuidadoras (no âmbito familiar), que em sua maioria são mulheres, visando evitar situações de violência e violações de direitos no contexto familiar.	MDS
Qualificação da atenção ofertada na Rede de Atenção Psicossocial por meio de ações de educação permanente para os profissionais.	MS
Fortalecimento da RAPS para acolhimento e acompanhamento em saúde mental para vítimas de violência e feminicídio.	MS
Destinação de Imóveis da União para finalidade sociais para ampliação da rede de proteção. Melhora na qualidade de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade.	MGI
Elaboração de curso modular em gênero, articulado com a Política Nacional de Enfrentamento ao Assédio na PRF.	MJSP
Elaboração de curso sobre Aspectos Procedimentais do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio.	MJSP
Formação de profissionais de segurança pública para atendimento e proteção de mulheres em situação de violência	MJSP
Reestruturação e qualificação do atendimento da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.	MMulheres

Criação de sistema integrado de atendimento e dados de violência contra as mulheres (Ligue 180, Casa da Mulher Brasileira - CMB, Centro de Referência da Mulher Brasileira - CRMB, Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM, etc.)	MMulheres
Ampliação do número de unidades móveis de atendimento para as mulheres do campo, floresta, águas, quilombolas, indígenas e ciganas.	MMulheres
Ampliação da rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência (Casas da Mulher Brasileira, Centros de Referência Especializados, Casas da Mulher Índigena, Casas-Abrigo).	MMulheres
Ampliação e fortalecimento do uso da monitoração eletrônica no âmbito da Lei 11.340/2006.	MMulheres
Quantidade de ações	20

Eixo Prevenção Terciária

Ações planejadas para mitigar os efeitos da discriminação, da misoginia e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades e para promover a garantia de direitos e o acesso à justiça por meio de medidas de reparação, compreendidos programas e políticas que abordem a integralidade dos direitos humanos e garantam o acesso à saúde, à educação, à segurança, à justiça, ao trabalho, à habitação, dentre outros.

Ação	Responsável
Implementação do Decreto nº 11.430/2023 que altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 que estabelece percentual mínimo, em contratações públicas, de mão-de-obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica,	MGI
Campanha de sensibilização entre equipes de comunicação institucional e Assessorias de Participação Social e Diversidade de órgãos e entidades da administração pública federal, para reposicionamento da imagem de mulheres como agentes complexos da construção de direitos e cidadania e produção de conteúdos a partir da mobilização da memória institucional com este foco.	MGI
Instituição do Programa de Atenção Psicossocial a mães, demais familiares e vítimas de violência do Estado que tem como finalidade estruturar, fortalecer e promover boas práticas de atendimento psicossocial no âmbito do SUS, suporte socioassistencial no âmbito do SUAS e acolhimento nos serviços e equipamentos de promoção e proteção de Direitos Humanos para a atenção a mães, demais familiares e vítimas de violência do Estado.	MIR

Instituição de política de reparação às/aos sobreviventes e familiares do feminicídio	MMulheres
Quantidade de ações	
4	

Eixo Transversal - Produção de Conhecimento

Ação	Responsável
Editais de pesquisa na área de gênero e violência, políticas públicas e etc. Apoiar a formação de recursos humanos de alto nível e a pesquisa acadêmico-científica, por meio do financiamento de projetos em temas relacionados às políticas afirmativas e à diversidade, de maneira a subsidiar o poder público em políticas públicas que visem alcançar igualdade de direitos e oportunidades.	MEC
Elaboração de estudos com vistas a subsidiar a construção de proposta de política educacional voltada ao Enfretamento ao Bullying, ao Preconceito e à Discriminação na Educação, nos termos da Lei nº 13.185/2015 e art. 146-A, da Lei nº 14.811/2024 e dos incisos VIII e IX do art. 8º da Lei Maria da Penha.	MEC
Revisão da Ficha de Notificação Compulsória da Violência e Instrutivo.	MS
Revisão da norma técnica de atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual.	MS
Formação de profissionais de saúde para a notificação de violências e produção de análises sobre violência de gênero segundo bases de dados e linkage de bases.	MS
Facilitação da disponibilização de dados sobre violência contra mulheres negras, considerando dados encontrados no HUB da Igualdade Racial.	MIR
Realização de pesquisa sobre atendimento de mulheres indígenas nas Casas da Mulher Brasileira para identificar principais barreiras, desafios e potencialidades enfrentados por profissionais e gestores.	MPI
Produção de diagnósticos sobre a rede de atendimento especializada (CRAM, Casas Abrigo, CMB).	MMulheres
Produção de material informativo sobre violências contra mulheres, diretrizes, rede de proteção e serviços disponíveis.	MMulheres
Quantidade de ações	
9	

Eixo Transversal - Produção de Dados

Ação	Responsável
Criação do Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras(es).	MEC
Ampliação dos municípios notificantes para as Notificações de Violências Interpessoais e Autoprovoçadas (ampliação do uso do Aplicativo NotiVIVA e outras estratégias).	MS
Ampliação de estratégias de Dados para a Saúde com vistas a subsidiar políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres com apoio de evidências para orientações das mesmas.	MS
Realização do Viva Inquérito 2024 (pesquisa em serviços de urgências e emergências para conhecer a magnitude dos casos de violências e acidentes que chegam neste serviço e que incluem violência contra mulheres).	MS
Realização de pesquisa qualitativa referente a estrutura, funcionamento, área de atuação, logística, recursos humanos e capacitação das DEAMs.	MJSP
Apoio na realização de pesquisas e diagnósticos sobre violência contra as mulheres e suas interseccionalidades.	MMulheres
Quantidade de ações	6

Eixo Transversal - Produção de Documentos/Normativas

Ação	Responsável
Elaboração de protocolo referencial de atendimento na Atenção Primária à Saúde para pessoas em situação de violência.	MS
Elaboração de nova Portaria referente à Lei nº 13.931/2019 para comunicação de casos de violência contra a mulher para a segurança pública.	MS
Regulamentação do Art. 9º §2º, I da LMP para dar prioridade para remoção de servidoras (administração direta e indireta) e empregadas em empresas públicas que estejam em situação de violência doméstica e familiar.	MGI
Instituição do Plano Nacional de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na Administração Pública Federal.	MGI
Atualização da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMS), do Protocolo	MJSP

Nacional de Investigação e Perícia nos Crimes de Feminicídios e das Diretrizes para funcionamento das Patrulhas/Rondas Maria da Penha.	
Regulamentação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional para prevenção de todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade.	MJSP
Adaptação do protocolo La Esperanza para o Brasil, voltado à investigação de crimes e ameaças a defensores/as de direitos humanos.	MMulheres
Elaboração das diretrizes da Política de Abrigamento e Desabrigamento de mulheres em situação de violência e protocolos.	MMulheres
Instituição da Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência Política contra as Mulheres.	MMulheres
Elaboração de Norma Técnica sobre serviços/grupos reflexivos para homens autores de violência.	MMulheres
Elaboração de Diretrizes, Normas Técnicas, protocolos de atendimento e de integração de redes de serviços com perspectiva interseccional	MMulheres
Regulamentação da L. 14.786/23 e elaboração de Diretrizes e materiais para implementação do Protocolo não é não	MMulheres
Quantidade de ações	12